

Projetos de vida e medidas socioeducativas: Uma revisão de escopo¹

*Vinicius Coscioni*²

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil

Edinete Maria Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS, Brasil
North West University, Vanderbiljt Park, South Africa

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil

Resumo

O objetivo desta revisão de escopo é identificar e sintetizar as características metodológicas e os principais resultados de pesquisas que caracterizaram os projetos de vida (PVs) de adolescentes em medida socioeducativa (MSE) no Brasil. Fizeram-se buscas em bases de artigos, teses e dissertações, selecionando-se 24 pesquisas que acessaram os PVs de adolescentes em MSE. Todos os estudos utilizaram métodos qualitativos. Os resultados indicam que os PVs dos adolescentes em MSE envolvem educação, trabalho e família. Entretanto, tais PVs são, em geral, desacompanhados de um plano de ação. Alguns estudos revelaram PVs relacionados à perpetuação da conduta infracional. A menor frequência de PVs associados à criminalidade pode se relacionar a um discurso de mudança forjado pela necessidade de omitir informações.

Palavras-chave: projeto de vida, medidas socioeducativas, adolescente em conflito com a lei, revisão de literatura.

Abstract: Life projects and probations: A scoping review

This scoping review identified and synthesized the methodological features and main results of research studies that characterized the life projects (LPs) of young offenders under probations in Brazil. Searches in journals and thesis' databases were made, yielding 24 research studies that assessed the LPs of young offenders under probations. All studies used qualitative methods. The results indicate that the young offenders' LPs embraced education, work, and family concerns. However, their LPs were generally seen as unlinked to a plan of action. A few studies revealed LPs linked to the perpetration of offending behavior. The reduced frequency of crime-related LPs might be associated with a discourse of change forged by the need to omit information during probation.

Keywords: life project, juvenile delinquency, adolescent, institutionalized, literature review.

Resumen: Proyecto de vida y medidas socioeducativas: Una revisión de escopo

El objetivo de esta revisión de escopo es identificar y sintetizar las características metodológicas y principales resultados de investigaciones que caracterizaron los proyectos de vida (PVs) de adolescentes en medida socioeducativa (MSE) en Brasil. Se realizaron búsquedas en base de artículos, tesis y disertaciones, seleccionando 24

¹ Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Fundação CAPES, Ministério da Educação do Brasil, por meio do Programa de bolsas de doutorado (primeiro autor) e bolsas de produtividade em pesquisa (segundo, terceiro e quarto autores).

² Endereço para correspondência: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, R. Colégio Novo, 3000-115 Coimbra, Portugal.

encuestas que accedieron a los PVs de adolescentes en MSE. Todos los estudios utilizaron métodos cualitativos. Los resultados indican que los PVs de adolescentes en MSE involucran educación, trabajo y familia. Todavía, los PVs generalmente no van acompañados de un plan de acción. Algunos estudios revelan PVs relacionados con la perpetuación de la infracción. La menor frecuencia de PVs asociados al crimen puede relacionarse con un discurso forjado por la necesidad de omitir información.

Palabras clave: proyecto de vida, medidas socioeducativas, adolescente en conflicto con la ley, revisión de literatura.

Introdução

No Brasil, adolescentes que cometem atos infracionais cumprem medidas socioeducativas (MSE; Brasil, 1990). Um dos principais objetivos das MSEs é favorecer a construção de projetos de vida (PVs) que permitam a ruptura com o comportamento infrator. A construção de PVs em adolescentes é um processo complexo relacionado a diferentes dimensões pessoais e sociais (Dellazzana-Zanon & Freitas, 2015). Em adolescentes em MSE, esses processos adquirem complexidade ainda maior, considerando o contexto de vulnerabilidade ao qual são expostos (Lopes & Silva, 2021).

Medidas Socioeducativas

Compreende-se como MSEs as medidas aplicadas pela autoridade judicial a adolescentes autores de atos infracionais (Brasil, 1990). As MSEs são orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Brasil, 1990) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; Brasil, 2006). Essas diretrizes legais são embasadas em uma visão de crianças e adolescentes como indivíduos em pleno desenvolvimento e que, portanto, devem ser protegidos por um sistema legal específico.

Segundo o ordenamento pedagógico do SINASE (Brasil, 2006), “as ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a formação da identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida” (p. 52). Assim, o SINASE prevê o Plano Individual de Atendimento (PIA) como um conjunto de estratégias e ações a serem desenvolvidas segundo diretrizes fixadas por eixos de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, entre outros). O PIA deve ser elaborado com a participação dos adolescentes, o que envolve um diagnóstico polidimensional para a fundamentação das ações durante a MSE.

A despeito das orientações do SINASE, uma revisão sistemática investigou 30 pesquisas em unidades de internação e identificou que as MSEs parecem contribuir pouco para o desenvolvimento dos adolescentes (Coscioni et al., 2017). O trabalho revelou ainda que as pesquisas sobre o sistema socioeducativo descrevem de modo superficial os processos decorrentes do cumprimento da MSE. Assim, torna-se importante a investigação sobre a elaboração de PVs durante a MSE como meio de atestar se elas têm

cumprido com o objetivo de possibilitar a ruptura com a conduta infracional.

Pesquisas brasileiras têm se dedicado ao estudo de PVs de adolescentes em MSE. Uma revisão sistemática analisou a produção brasileira sobre PVs na adolescência e identificou uma categoria exclusiva de trabalhos interessados na compreensão dos efeitos da MSE sobre os PVs dos adolescentes (Vieira & Dellazzana-Zanon, 2020). Essa categoria contemplava três artigos. De um lado, os resultados enfatizam a importância de investigar os PVs de adolescentes em MSE. Por um outro lado, os resultados indicam que os PVs de adolescentes em MSE devem ser investigados de forma específica em outros estudos de revisão. Isto é, estratégias de busca específicas podem ser utilizadas a fim de acessar outras pesquisas que tenham investigado os PVs de adolescentes em MSE.

Projetos de Vida

O termo PV é recorrentemente utilizado em pesquisas e intervenções com adolescentes em MSE. O termo é em geral mencionado de maneira vaga, como sinônimo de desfecho positivo para determinada intervenção. O uso indevido do termo pode se associar ao fato de o SINASE (Brasil, 2006) mencioná-lo como um dos principais objetivos das MSEs, sem trazer uma definição explícita. Por exemplo, em um relato de experiência de estágio (Rosato & Souza, 2014) os autores concluem: “a experiência, além de contribuir com o processo de formação profissional dos estagiários, mostrou-se como contexto rico para suscitar a reflexão, bem como contribuiu para a construção de novos projetos de vida” (p. 120). Ao longo do texto, o termo não havia sido discutido, tampouco foram apresentados resultados que indicassem construções de PVs. Na literatura internacional, o termo PV é menos utilizado, mas pesquisas utilizando termos relacionados (e.g., aspirações, expectativas) identificaram que ter clareza e esperança em relação ao futuro está associado com a extinção do comportamento infrator (Knight et al., 2017; Mahler et al., 2017).

Parte do uso indiscriminado do termo pode ser explicado pela própria ausência de consenso na literatura sobre o que é um PV. O termo é comumente utilizado sem nenhuma definição explícita, de modo a se subentender uma ideia pressuposta (Venturini & Piccinini, 2014). Uma revisão da literatura (Dellazzana-Zanon & Freitas, 2015)

investigou a concepção de PVs adotada em 22 pesquisas publicadas em português e inglês, entre 2000 e 2012. Em 14 deles, a definição explícita de tal conceito era ausente.

No Brasil, o termo PV tem sido utilizado como a tradução de *purpose*, termo em inglês traduzido diretamente para o português como propósito (Araújo, 2009). Segundo Damon (2009), *purpose* é “uma intenção estável e generalizada de alcançar alguma coisa que é ao mesmo tempo significativa para o eu e gera consequências no mundo além do eu” (p. 53). Muito embora o uso dos termos PV e *purpose* como sinônimos possa ser questionável (Coscioni, 2021), o uso da abordagem teórica de Damon (2009) por autores brasileiros (e.g., Araújo et al., 2020; Dellazzana-Zanon et al., 2019) tem gerado importantes contribuições para a compreensão dos PVs de adolescentes.

Uma revisão da literatura investigou as abordagens teóricas sobre PVs (Coscioni et al., 2021) e identificou 15 abordagens oriundas da filosofia, ciências sociais, psicologia social, psicanálise, desenvolvimento humano e ciências aplicadas. Dentre as 15 abordagens, apenas quatro eram originárias no Brasil, de modo a articular contribuições nacionais e internacionais para o conceito de PV. Os resultados da revisão da literatura indicaram que as definições de PV diferem substancialmente conforme a abordagem. Assim, diferentes facetas de um PV ou mesmo diferentes construtos psicológicos são descritos com a mesma terminologia, o que leva o campo a conclusões divergentes.

Numa tentativa de integrar as diferentes abordagens teóricas sobre PVs, Coscioni (2021) definiu PV como “um processo em contínua evolução, constituído pela formação, execução e manutenção de estruturas e ações intencionais, que, em conjunto, formam uma narrativa significativa e prospectiva de longo prazo, capaz de incitar decisões e esforços na vida cotidiana” (p. 248). Tal definição integra os componentes do PV presentes na abordagem de Damon (2009), porém faz também menção a um componente ativo ausente na noção de *purpose*. O conceito de *purpose* refere-se a uma intenção, enquanto para Coscioni (2021) os PVs integram simultaneamente intenção e ação.

No Brasil, o termo PV é frequentemente adotado como sinônimo de aspirações, expectativas de futuro e perspectivas de futuro (Neiva-Silva, 2013). Aspirações se referem a metas para o futuro revestidas de importância (Mahler et al., 2017). As aspirações estão, portanto, no domínio intencional e cognitivo, isto é, são representações cognitivas de um conteúdo intencionado para o futuro. Não necessariamente se relacionam a planos de ação ou comportamentos efetivados a favor de metas (componente ativo).

O termo aspiração é frequentemente utilizado de modo incorreto como sinônimo de expectativa de futuro – que originalmente se refere à percepção de probabilidade

de um evento ocorrer no futuro (Mahler et al. 2017). A expectativa é também uma representação cognitiva, mas de um conteúdo esperado – e não necessariamente desejado. Suponha-se um adolescente que deseje ser jogador de futebol, mas que considere as suas chances de sucesso nessa carreira muito baixas. Esse adolescente possui a aspiração de ser jogador de futebol, mas não tem a expectativa de se tornar um.

Quanto ao termo perspectiva de futuro, há uma polissemia associada a seu uso. O termo pode ser utilizado para se referir a um conjunto de representações cognitivas sobre o futuro, a um viés cognitivo associado ao futuro psicológico, a uma característica pessoal associada ao modo como as pessoas lidam com o futuro psicológico, a uma atitude frente ao futuro ou à percepção do tempo remanescente em vida (Coscioni et al., 2020).

Objetivo

Considerando que: (a) a construção de PVs é um objetivo fundamental durante a MSE; (b) o sistema socioeducativo tem se demonstrado inefetivo na promoção do desenvolvimento positivo; (c) pesquisas empíricas investigando os processos decorrentes das MSEs podem subsidiar ações profissionais; e (d) a literatura carece de estudos de revisão que integrem as pesquisas sobre os PVs de adolescentes em MSE; o objetivo deste estudo é identificar e sintetizar os principais resultados de pesquisas empíricas que caracterizaram os PVs de adolescentes em MSE no Brasil. Os objetivos específicos são: (a) identificar pesquisas empíricas que caracterizaram os PVs de adolescentes em MSE; (b) sintetizar os principais resultados desses estudos em relação à caracterização dos PVs dos seus participantes.

Método

Trata-se de uma revisão de escopo, um método de síntese do conhecimento cujo objetivo central é mapear a literatura de uma determinada área (Munn et al., 2018). A revisão de escopo integra estudos de diferentes perspectivas metodológicas, de modo a destacar conceitos, temas centrais e/ou características metodológicas relacionadas a um tópico ou área. Para a realização deste estudo, foi utilizado o protocolo PRISMA adaptado para revisões de escopo (PRISMA-ScR; Tricco et al., 2018). Dos 22 itens do PRISMA-ScR, quatro não foram reportados (itens 5, 12, 16 e 22). O item 5 alude ao registro do protocolo. Muito embora esta revisão não tenha sido registrada, ela foi conduzida com base em um protocolo avaliado por pares. Os itens 12 e 16 são relativos à avaliação da qualidade metodológica. Esses pontos são opcionais, sendo mais característicos de revisões sistemáticas. Por fim, o item 22 refere-se às fontes de financiamento. Contudo, tal

aspecto tem maior importância em áreas em que financiamentos possam indicar conflitos de interesse, o que não é o caso desta revisão.

Seleção do corpus de análise

Em setembro de 2019, foram feitas buscas em bases de dados indexadas (SciELO, PePSIC, LILACS e Index Psi) utilizando-se os termos “projeto de vida”, “projeto vital”, “projeto futuro”, “projeto de futuro” e “projeto para o futuro” (no singular e plural) associados a termos relacionados à condição de conflito com a lei (i.e., “conflito com a lei”, “medida socioeducativa”, “ato infracional”, “infrator” e “privado de liberdade”); também no singular e plural). A opção por utilizar outros termos além de “projeto de vida” reflete o fato de que os outros termos são utilizados recorrentemente como sinônimos (Coscioni et al., 2021). Foram controladas as duplicações e selecionados somente os artigos que cumprissem com os seguintes critérios de inclusão: (a) ser um relato de pesquisa empírica; (b) conduzida com adolescentes em MSE (ou egressos) no Brasil; e (c) que acessavam os PVs dos seus participantes.

A mesma estratégia de busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O currículo lattes dos autores das teses e dissertações foi analisado, a fim de verificar a ocorrência de publicações em formato de artigo com os dados provenientes de suas teses e dissertações. Para além dos trabalhos encontrados em buscas em bases de dados, foram inseridos no corpus outros dois manuscritos indicados por um especialista. A opção de incluir indicações deste especialista em específico reflete o fato de que ele tem se dedicado ao estudo de adolescentes em conflito com a lei, com particular ênfase sobre a construção de PVs durante a MSE. A Figura 1 sumariza o processo de seleção dos manuscritos. A composição do corpus foi realizada por dois juízes independentes. As diferenças foram tratadas por consenso e 24 pesquisas foram selecionadas ao final.

Extração e análise dos dados

Os trabalhos selecionados foram analisados observando-se o local, região e método de coleta de dados; gênero dos participantes e principais resultados. Os dados relacionados ao local, região e métodos de coleta de dados

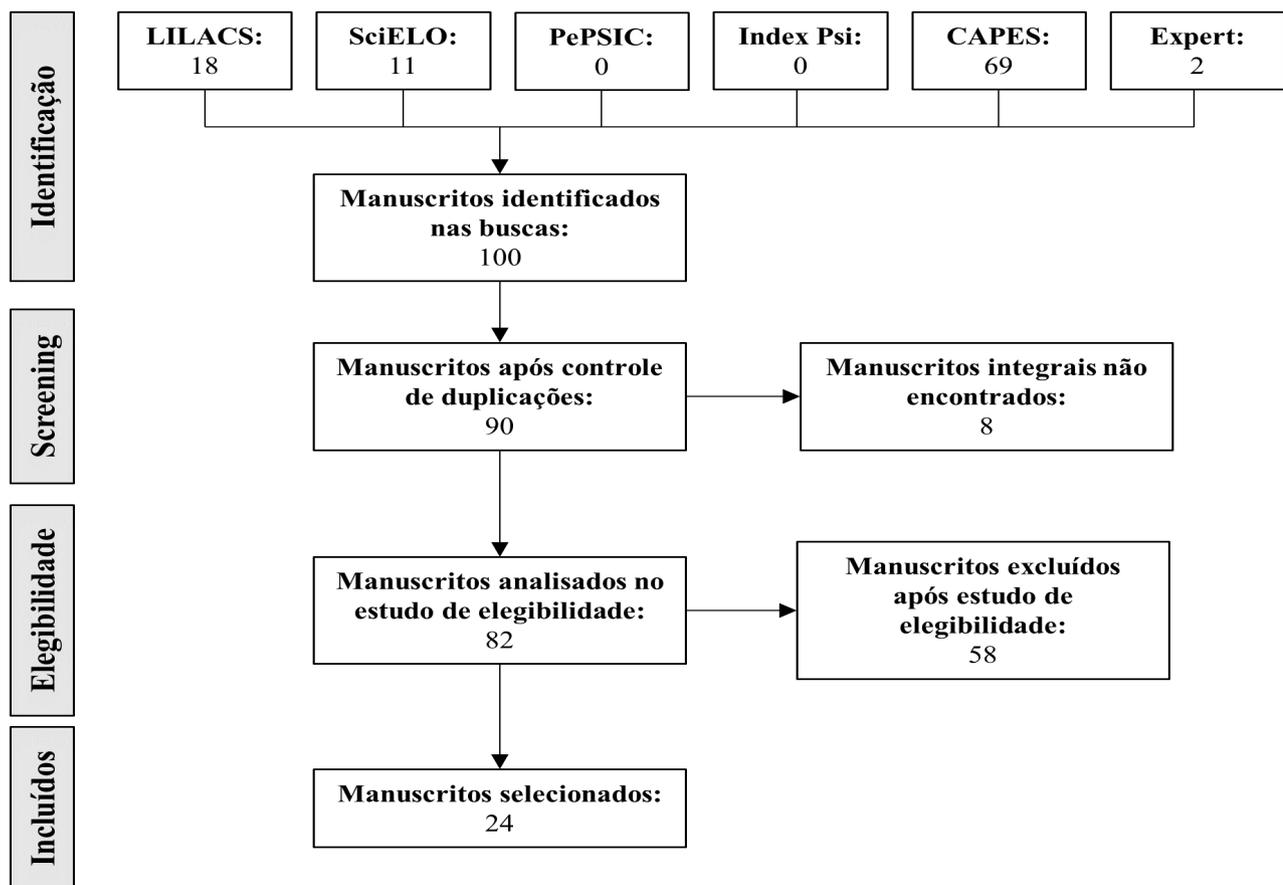


Figura 1. Processo de composição do corpus de análise

e gênero dos participantes foram tabulados. Em relação aos principais resultados, foi realizada uma análise temática (Braun & Clarke, 2006) com o objetivo de identificar padrões relacionados à caracterização dos PVs dos participantes. Inicialmente, os trechos relevantes dos artigos foram codificados, isto é, foram selecionados os trechos dos artigos que caracterizavam os PVs dos seus participantes. Em seguida, os trechos foram agrupados conforme similaridade semântica, de modo a se formar temas a posteriori. O processo de criação de temas foi supervisionado por um especialista em pesquisa qualitativa e em pesquisas com adolescentes em conflito com a lei.

Resultados

A Tabela 1 caracteriza as pesquisas em relação ao local, região de coleta de dados e gênero dos participantes. A maioria dos estudos foi realizada em unidades de internação (n = 12), seguido dos estudos em instituições de MSE de meio aberto (n = 7), semiliberdade (n = 5) e com egressos da MSE de internação (n = 1). Quanto à região de coleta de dados, a maioria dos estudos foi realizada nas Regiões Sul (n = 8), Sudeste (n = 8) e Nordeste (n = 6), com poucos estudos realizados nas Regiões Centro-Oeste (n = 1) e Norte (n = 1). Um estudo comparou adolescentes em conflito com a lei no Brasil e em Portugal. A maioria dos estudos foi realizada em regiões metropolitanas de capitais de estados brasileiros (n = 17). No que se refere ao gênero dos participantes, a maioria das pesquisas foi realizada somente com adolescentes do gênero masculino (n = 15), seguida de pesquisas com adolescentes de ambos os gêneros (n = 6) e somente do gênero feminino (n = 3).

A Tabela 1 também descreve os métodos de coleta de dados utilizados. Todos os estudos utilizaram métodos qualitativos. A maioria das pesquisas utilizou a entrevista como principal técnica de coleta de dados (n = 20). Em alguns desses estudos, outras técnicas de coleta de dados foram utilizadas para complementar as entrevistas, tais como observações (n = 6), análise de documentos (n = 4), grupos (n = 2), questionários (n = 2), desenhos (n = 1), fotografias (n = 1) e diários (n = 1). Outros estudos utilizaram técnicas de coleta de dados em grupo como principal instrumento (n = 4), sendo que dois utilizaram entrevistas e observações como técnicas complementares.

Em relação aos principais resultados, a análise temática resultou em três temas, descritos nas seções subsequentes. A Tabela 2 indica quais temas foram encontrados em cada uma das pesquisas selecionadas.

Os projetos de vida referem-se sobretudo a trabalho, educação e família

Este tema foi referido em todas as pesquisas e integra os resultados segundo os quais os participantes

possuíam PVs ligados ao trabalho, à educação e à família. Em relação a trabalho, os PVs integravam ideias vagas de conseguir um emprego. Possibilidades de profissões foram apresentadas pelos adolescentes, envolvendo o desempenho de funções que necessitam de menos escolaridade (Carnevali, 2018; Koerich, 2016; Pereira, 2018; Silva et al., 2013). Em algumas pesquisas, os participantes listaram profissões que exigem curso superior, em geral associadas aos contextos aos quais estão inseridos, tais como psicólogo, advogado e médico (Carnevali, 2018; Coscioni et al., 2018; Jesus, 2011; Oliveira, 2008; Pereira, 2018; Ribeiro, 2018; Silva, 2018). Noutras, os adolescentes descreveram profissões vinculadas a sonhos pessoais, tais como jogador de futebol e lutador (Carnevali, 2018; Coscioni et al., 2018; Silva, 2018), bem como fizeram menção à possibilidade de se tornar agentes socioeducativos (Coscioni et al., 2018) ou a continuar trabalhando com a família (Costa, 2017; Silva, 2014). Em uma pesquisa, os adolescentes revelaram intenção em abrir um negócio próprio lícito, realizar concurso público e se aposentar (Coscioni et al., 2018).

Os PVs relacionados à educação caracterizavam-se por respostas vagas, envolvendo desde a conclusão do ensino médio até a entrada no curso técnico ou superior. Em um estudo com adolescentes de classe média, os PVs educacionais eram mais complexos e envolviam conhecimento específico sobre profissões de curso superior (Oliveira, 2008).

Em relação ao domínio familiar, os PVs incluíam ideias de constituir a própria família e ajudar/viver com a família de origem. Os PVs associados à família encontravam-se por vezes vinculados à ideia de adquirir bens e melhorar a qualidade de vida. O seguimento de uma religião também esteve associado a este tipo de PVs em uma pesquisa (Almeida & Leão, 2018). A família foi descrita como principal motivação para uma mudança de vida em algumas pesquisas, seja a família de origem, seja a possibilidade de constituição de uma família no futuro. Destaca-se dentre elas uma em que um dos participantes vislumbrava um futuro diferente para seus filhos, em que eles pudessem estudar e não se envolver com a prática de atos infracionais (Baquero et al., 2011).

Os projetos de vida são marcados pela incerteza e pela ausência de um plano de ação

Este tema foi reportado em 14 pesquisas e refere-se à crença compartilhada entre os participantes de que a mudança de vida seria um grande desafio. Assim, os seus PVs eram vistos como incertos e desarticulados de um plano de ação. Os relatos eram acompanhados de menções a fatores que aumentavam a dificuldade, tais como o preconceito da comunidade (Coscioni et al., 2018; Ribeiro, 2018), conflitos com facções criminosas rivais (Coscioni et al., 2018; Costa, 2017; Gomes & Conceição, 2014;

Tabela 1

Local, região e método de coleta de dados, e gênero dos participantes.

Pesquisa	Local	Gênero	Região	Método
(Lopes, 2006)	Semiliberdade	Masculino	Belo Horizonte/MG	Entrevista
(Oliveira, 2008)	Meio aberto	Masculino	Vitória/ES	Entrevista
(Baquero et al., 2011)	Egressos	Masculino	São Leopoldo/RS	Entrevista e observação
(Coutinho et al., 2011)	Internação	Masculino	Campina Grande e João Pessoa/PB	Entrevista
(Jesus, 2011)	Internação	Feminino	São Paulo/SP	Entrevista, grupos e documentos
(Sousa, 2012)	Semiliberdade e Internação	Feminino	Belém/PA	Entrevista, observação e documentos
(Nardi & Dell'Aglio, 2013)	Meio aberto	Ambos	Porto Alegre/RS	Entrevista
(Silva et al., 2013)	Internação	Masculino	Triângulo Mineiro/MG	Entrevista
(Gomes, 2014)	Internação	Masculino	Fortaleza/CE	Grupos, entrevista e observação
(Gomes & Conceição, 2014)	Meio aberto	Ambos	Brasília/DF	Grupos
(Silva, 2014)	Meio aberto	Ambos	São Paulo/SP	Entrevista e grupos
(Silveira et al., 2015)	Internação	Masculino	Interior do RS	Entrevista
(Siqueira et al., 2015)	Semiliberdade	Masculino	Interior do RSe Portugal	Entrevista
(Ferreira, 2016)	Internação	Masculino	Jaboatão dos Guararapes/PE	Entrevista
(Koerich, 2016)	Meio aberto	Masculino	Canoas/RS	Entrevista e observação
(Azevedo et al., 2017)	Meio aberto	Ambos	João Pessoa/PB	Grupos
(Costa, 2017)	Internação	Masculino	João Pessoa/PB	Entrevista e documentos
(Almeida & Leão, 2018)	Semiliberdade	Masculino	Interior de MG	Entrevista, observação e documentos
(Carnevalli, 2018)	Meio aberto	Ambos	Não identificado	Entrevista e questionário
(Coscioni et al., 2018)	Internação	Masculino	Cariacica/ESe Porto Alegre/RS	Grupos, observação e entrevista
(Nunes, 2018)	Internação	Masculino	Unai/MG	Entrevista, observação e questionário
(Pereira, 2018)	Internação	Ambos	Curitiba/PR	Entrevista e observação
(Ribeiro, 2018)	Semiliberdade	Masculino	Recife/PE	Entrevista e desenhos
(Silva, 2018)	Internação	Feminino	Porto Alegre/RS	Entrevista e fotografias

Koerich, 2016; Nunes, 2018), privação econômica (Azevedo et al., 2017; Baquero et al., 2011; Coscioni et al., 2018; Koerich, 2016; Ribeiro, 2018; Silva, 2014; Silva, 2018), baixa escolaridade e/ou problemas na escola (Koerich, 2016; Ribeiro, 2018; Silva, 2018), vinculação com pares (Ribeiro, 2018) e desemprego (Oliveira, 2008). Em alguns estudos, a morte precoce e novos encarceramentos foram aceitos como possíveis (Almeida & Leão, 2018; Coscioni et al., 2018; Ferreira, 2018). Noutros estudos, a mudança de cidade foi cogitada como única possibilidade de rompimento com a criminalidade (Coscioni et al., 2018; Costa, 2017; Nunes, 2018).

De modo geral, os PVs dos participantes não pareciam se enquadrar em um sentido de ação que permitisse sua realização. Alguns estudos concluíram que a ausência do plano de ação resultava na ausência de um PV, de modo que as metas em relação a educação, trabalho e família deveriam ser vistas como aspirações ou sonhos (e.g., Gomes, 2014). Outros estudos consideraram que tais metas em relação ao futuro poderiam ser consideradas como PVs, mesmo estando desacompanhadas de um plano de ação (e.g., Gomes & Conceição, 2014).

Somente em três estudos verificou-se a expressão de um sentido de ação entre seus participantes com vistas à

Tabela 2
Temas encontrados em cada pesquisa

Pesquisa	Tema 1: Os projetos de vida referem-se sobretudo a trabalho, educação e família	Tema 2: Os projetos de vida são marcados pela incerteza e pela ausência de um plano de ação	Tema 3: Alguns projetos de vida referem-se à perpetuação da conduta infracional
(Lopes, 2006)	X		
(Oliveira, 2008)	X	X	
(Baquero et al., 2011)	X	X	X
(Coutinho et al., 2011)	X		
(Jesus, 2011)	X		
(Sousa, 2012)	X		
(Nardi & Dell’Aglia, 2013)	X		
(Silva et al., 2013)	X		
(Gomes, 2014)	X	X	X
(Gomes & Conceição, 2014)	X	X	
(Silva, 2014)	X	X	
(Silveira et al., 2015)	X		X
(Siqueira et al., 2015)	X		
(Ferreira, 2016)	X	X	
(Koerich, 2016)	X	X	X
(Azevedo et al., 2017)	X	X	
(Costa, 2017)	X	X	
(Almeida & Leão, 2018)	X	X	X
(Carnevalli, 2018)	X		
(Coscioni et al., 2018)	X	X	X
(Nunes, 2018)	X	X	
(Pereira, 2018)	X		
(Ribeiro, 2018)	X	X	
(Silva, 2018)	X	X	

interrupção da conduta infracional. Em um deles, uma adolescente informou que estudava, frequentava um curso de auxiliar em enfermagem e ajudava sua irmã em um salão de beleza (Silva, 2014). No outro estudo, o adolescente apresentava um sentido de ação favorecido pelo acesso a recursos, tendo em vista que sua família possuía boa condição financeira (Coscioni et al., 2018). Um estudo com adolescentes de classe média corrobora o entendimento de que o acesso a recursos favorece a elaboração de um plano de ação, tendo em vista que seus participantes apresentavam em geral uma concepção bastante clara sobre o que desejavam fazer no futuro (Oliveira, 2008).

Alguns projetos de vida referem-se à perpetuação da conduta infracional

Este tema foi referido apenas por seis pesquisas e integra os resultados que indicam a intenção de perpetuar

a conduta infracional. Para algumas pesquisas, o discurso sobre a permanência no mundo do crime era o resultado da ausência de PVs (e.g., Baquero et al., 2011). Esses estudos descreviam a presença da intenção de mudança da realidade atual (com vistas ao rompimento com a criminalidade), todavia acompanhada de uma verdadeira descrença na real possibilidade de concretização dessa intenção. Os participantes compreendiam a inserção no mundo do crime como uma espécie de estratégia de sobrevivência que possibilitava o acesso a recursos e o afastamento da miséria.

Foram poucas as pesquisas que identificaram a permanência no mundo do crime como um PV formal. Um estudo identificou o desejo de vingança em um de seus participantes, que mencionou a intenção de executar as pessoas responsáveis pela morte de membros familiares (Silveira et al., 2015). Em outra pesquisa, os participantes revelaram que a prática infracional proporcionava acesso a

bens de consumo e prestígio social (Koerich, 2016). Com relação ao futuro em longo prazo, os adolescentes apresentaram concepções distintas, que variavam conforme o grau de envolvimento com as práticas infracionais. Um primeiro grupo era composto por adolescentes que possuíam inserções pontuais no mundo do crime e que vislumbravam possibilidades de um futuro diferente. Um segundo grupo compunha-se de adolescentes com maior envolvimento com atos infracionais e que investiam no mundo do crime como uma espécie de desejo pessoal. Dualidade semelhante foi encontrada em outra pesquisa, cujos participantes com maior envolvimento com a criminalidade revelaram PVs envolvendo o crescimento no tráfico de drogas, o enriquecimento a partir do roubo e a vingança (Coscioni et al., 2018).

Discussão

Esta revisão de escopo identificou e sintetizou os principais resultados de 24 pesquisas empíricas que caracterizaram os PVs de adolescentes em MSE no Brasil. A maioria das pesquisas foi realizada a partir de entrevistas em unidades masculinas de internação localizadas em regiões metropolitanas. A concentração de estudos com populações masculinas encarceradas em centros urbanos pode se relacionar à prevalência de violência urbana entre jovens do sexo masculino em capitais (Waiselfisz, 2015), bem como à tendência em atribuir MSEs de internação de modo indiscriminado. No que se refere às questões metodológicas, a menor frequência de estudos de perspectiva quantitativa pode se associar à carência de instrumentos que mensurem PVs. Recentemente, foi publicada a Escala de Projeto de Vida para Adolescentes (Dellazzana-Zanon et al., 2019). Entretanto, à época de composição do corpus, a escala ainda era pouco conhecida e não havia sido utilizada no contexto das MSEs. Ademais, a tendência à realização de estudos qualitativos com adolescentes em MSE é também observada em revisões anteriores (e.g., Coscioni et al., 2017).

Quanto aos principais resultados, uma análise temática gerou três temas. O primeiro deles, citado em todos os artigos, descrevia os anseios dos participantes em relação ao futuro, sobretudo associados a educação, trabalho e família. Assim, os PVs de adolescentes em MSE possuem semelhanças aos PVs de adolescentes participantes de pesquisas em outros contextos. Educação, trabalho e família são elementos comuns aos PVs, aspirações e expectativas de adolescentes (Vieira & Dellazzana-Zanon, 2020), estejam eles em conflito com a lei, ou não. A principal diferença entre adolescentes que estão em conflito com a lei e adolescentes que não estão em conflito com a lei parece se relacionar às incertezas quanto ao retorno das práticas infracionais. Esse aspecto é abordado nos outros dois temas identificados.

O segundo tema salienta que os PVs dos participantes eram marcados pela incerteza e careciam de um plano de ação. Tais relatos referiam a dificuldades encontradas quando da tentativa de romper com as infrações, destacando-se um contexto de exclusão social que desfavorece a elaboração de PVs desvinculados da criminalidade (Lopes & Silva, 2021). Podem se relacionar também à inefetividade do sistema protetivo que esses adolescentes deveriam receber durante a MSE (Coscioni et al., 2017). O PIA, nesse sentido, se configura como importante instrumento que, elaborado conjuntamente com os adolescentes, pode auxiliar no processo de mudanças (Moreira et al., 2015).

O terceiro tema, reportado em frequência bastante menor, inclui as menções a PVs vinculados à criminalidade. A menor frequência desse tipo de relato contradiz os elevados índices de reincidência no ato infracional característicos da realidade do sistema socioeducativo brasileiro (Instituto Sou da Paz, 2018). A predominância de PVs socialmente aceitos pode se relacionar ao que é discutido em um dos manuscritos como discurso de mudança (Gomes, 2014), ou seja, à reprodução de ideias correspondentes ao que o Poder Judiciário espera dos adolescentes. Nesse sentido, os adolescentes emitem discursos socialmente aceitos que refletem um cuidado sobre o que deve ser dito no contexto institucional em que se encontram imersos. Em um dos estudos investigados (Silva, 2014), o discurso de mudança ficou bastante claro a partir da notícia de que um dos adolescentes entrevistados foi apreendido pela autoria de novo ato infracional, um dia após a coleta de dados. Durante a entrevista, o adolescente havia mencionado que tinha se desvinculado da prática infracional e que estava elaborando um novo PV.

As pesquisas em que os participantes revelaram a intenção de perpetuar a conduta infracional possuem características metodológicas que possivelmente reduziram o viés associado ao discurso de mudança. Estes trabalhos optaram pelo uso de grupos focais (Coscioni et al., 2018; Gomes, 2014) ou etnografia (Almeira & Leão, 2018; Baquero et al. 2011; Koerich, 2016). Esses são métodos que permitem maior aproximação do contexto de pesquisa com a realidade (Weller, 2006). Os outros trabalhos conduzidos a partir de técnicas grupais (Jesus, 2011; Silva, 2014) foram mediados por funcionários das instituições participantes, o que pode ter favorecido a emergência dos discursos de mudança e menor envolvimento dos participantes. Assim, a predominância do uso de entrevistas pode ter favorecido respostas enviesadas pela desejabilidade social criada nesse contexto de coleta de dados.

É preciso questionar o entendimento da intenção de permanência da conduta infracional como a ausência de PVs dos participantes. Essa concepção traduz um entendimento de PVs com base no que era esperado dos adolescentes a partir do previsto no SINASE (Brasil, 2006). Ainda que a perpetuação da conduta infracional

possa ser compreendida inicialmente como um comportamento de risco, ela pode promover o acesso a bens de consumo e a um sentimento de pertença. Assim, pode se configurar como elemento valorizado no futuro psicológico de adolescentes em MSE (Pessoa et al., 2017).

As pesquisas analisadas possuem resultados bastante semelhantes a estudos que investigaram as aspirações e expectativas de adolescentes em MSE. Um estudo com adolescentes do sexo feminino em semiliberdade revelou que suas participantes apresentavam aspirações positivas, especialmente no que diz respeito à constituição de família (Monteiro et al., 2011). Em um estudo com adolescentes do sexo masculino também em semiliberdade, os participantes encontravam-se divididos entre dois grupos: (a) os que desejavam se desvincular de práticas infracionais; e (b) os que tinham marcada incerteza quanto à real possibilidade de romper com a conduta infracional (Brandão Neto et al., 2010). Um estudo conduzido com adolescentes em MSE de internação verificou que seus participantes possuíam aspirações quanto a escolarização e trabalho, mas não apresentavam um sentido da ação para o futuro (Muller et al., 2009). Um levantamento investigou as expectativas de adolescentes em MSE e identificou que a maioria apresentava expectativas mais altas com relação a ter uma família, ser respeitado na comunidade, ser saudável, ter casa própria e ter amigos que darão apoio. As expectativas quanto a entrar na universidade e concluir o ensino médio eram mais baixas (Nardi et al., 2014). A semelhança dos resultados de pesquisas que investigaram aspirações, expectativas e PVs de adolescentes em MSE indicam que as pesquisas sobre PVs têm se concentrado nas metas dos PVs. O componente ativo dos PVs ainda é pouco explorado.

Considerações finais

Esta revisão de escopo identificou e sintetizou os principais resultados de 24 pesquisas empíricas que caracterizaram os PVs de adolescentes em MSE no Brasil. Os trabalhos investigados foram todos de caráter qualitativo, com ênfase sobre o uso de entrevistas. Grupos focais e etnografias demonstraram-se mais efetivos na redução do viés associado ao discurso de mudança. Em pesquisas futuras, os funcionários do sistema socioeducativo e os familiares dos adolescentes podem ser incorporados enquanto participantes. Pesquisas documentais podem ser conduzidas, investigando as intervenções sobre PVs registradas nos PIAs. Estudos de perspectiva longitudinal podem ser desenvolvidos, de modo a acompanhar os adolescentes durante e após a MSE.

Este estudo apresenta algumas limitações. Como mencionado, o uso do termo PV não é consensual, de modo que a estratégia de busca utilizou outros termos semelhantes, tais como projeto de futuro e plano de vida. De um lado, essa estratégia permitiu acessar mais

pesquisas. De outro lado, ela não diferenciou termos que podem, na verdade, ter outros sentidos. Ademais, a estratégia de busca restringiu-se a artigos, teses e dissertações indexados em bases iberoamericanas. Livros, outros tipos de literatura cinza e outras bases de dados internacionais poderiam ter sido incluídos. Por fim, as características teóricas dos artigos poderiam ter sido analisadas, de modo a contribuir para o debate em torno das definições de PV na literatura da área.

Mesmo com as limitações, a revisão de escopo permitiu estabelecer um conhecimento abrangente sobre os PVs de adolescentes em MSE. As pesquisas indicam que educação, trabalho e família aparecem como elementos centrais nos PVs dos seus participantes, ainda que o sistema socioeducativo brasileiro se caracterize pelo alto índice de reincidência infracional. Os resultados podem refletir um contexto que dificulta a realização desses PVs. Podem indicar também a inefetividade da MSE na construção de novos PVs. Foram encontrados poucos relatos sobre PVs associados à prática infracional. Isto pode se relacionar a um discurso de mudança que inibe os participantes a declararem intenções contrárias ao que lhes é esperado durante o processo socioeducativo. O estabelecimento de um rapport com a equipe de pesquisa pode se configurar como elemento importante no planejamento dessas pesquisas. Isto é, um período de aproximação com os participantes, antes dos procedimentos formais de coleta de dados, pode significar ganhos significativos na validade dos achados, diminuindo a propensão de os adolescentes apresentarem respostas socialmente aceitáveis.

Com base nos resultados das pesquisas selecionadas, pode-se pensar em possíveis ações conforme o modo como os adolescentes se projetam no futuro. Aos adolescentes com aspirações associadas a educação, trabalho e família, devem ser desenvolvidas intervenções que visem ao fornecimento de subsídios claros para a construção de um plano de ação que possibilite a concretização desses anseios. Nesse sentido, atividades como capacitações profissionais e geração de renda podem ser efetivas. Quanto aos adolescentes que possuem PVs associados à permanência da conduta infracional, as intervenções podem sugerir novas formas de existir que favoreçam outras inserções sociais. Essas novas opções devem possibilitar a satisfação das necessidades psicológicas que são saciadas de modo ilícito a partir do envolvimento com práticas infracionais. Isto é, devem ser construídas possibilidades lícitas de acesso a bens materiais, bem como a sentimentos de pertença a novos grupos sociais. As ações direcionadas a ambos os grupos (os que desejam romper com a criminalidade e os que investem nela) devem envolver não somente o domínio individual (isto é, o/a adolescente), mas também a comunidade e a rede de atendimento. Tal como estabelece o SINASE (Brasil, 2006), os adolescentes devem não somente ser capacitados para fazer escolhas, mas terem oportunidades para exercitar sua capacidade de escolha.

Referências

- *Almeida, J. R., & Leão, G. (2018). No “fio da navalha”: Projetos de futuro de jovens em privação de liberdade. *Educação e Contemporaneidade*, 27(53), 237-250. <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2018.v27.n53.p237-250>
- Araújo, U. F. (2009). Prefácio. In: Damon, W., *O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes*. Summus.
- Araújo, U. F., Arantes, V., & Pinheiro, V. (2020). *Projetos de vida: Fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais*. Summus.
- *Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. D. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: Violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003312016>
- *Baquero, R. V. A., Lemes, M. A., & Santos, E. A. (2011). Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34(3), 341-350.
- Brandão Neto, W., Brady, C. L., Freitas, R. B. N. D., Monteiro, E. M. L. M., & Aquino, J. M. D. (2010). Jovens de unidades socioeducativas em regime de semiliberdade da Funase, Recife-PE: vivências e expectativas. *Revista Mineira de Enfermagem*, 14(4), 529-538.
- Brasil. (1990, 16 de julho). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, p. 13.563.
- Brasil. (2006). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. CONANDA.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- *Carnevali, H. A. S. (2018). *Desenvolvimento moral e social de adolescentes em conflito com a lei e a contribuição das medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- *Costa, C. S. S. (2017). Vivência e projeto de vida de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.
- *Coutinho, M. D. P. L., Estevam, I. D., de Araújo, L. F., & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 101-109. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100012>
- Coscioni, V. (2021). Teoria Compreensiva dos Projetos de Vida: Contributos para a educação básica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 22(2), 241-253. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2021v22n211>
- Coscioni, V., Costa, L. L. A., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psico*, 48(3), 231-242. <https://doi.org/10.15448//1980-8623.2017.3.24920>
- *Coscioni, V., Marques, M. P., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Ciencias Psicológicas*, 12(1), 109-120. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1601>
- Coscioni, V., Teixeira, M. A. P., Castillo, S. A. L. & Paixão, M. P. (2021). Theoretical approaches to “Life Projects” in psychology and related fields. *Trends in Psychology*, 29(3). <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00082-2>
- Coscioni, V., Teixeira, M. A., Damásio, B. F., & Dell’Aglío, D. D., & Paixão, M. P. (2020). Perspectiva temporal de futuro: Teorias, construtos e instrumentos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(2), 215-232. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n208>
- Damon, W. (2009). *O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes*. (Valpassos, J., Trans.) Summus.
- Dellazzana-Zanon, L. L., & de Freitas, L. B. L. (2015). Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. *Interação em Psicologia*, 19(2), 281-292. <https://doi.org/10.5380/psi.v19i2.35218>

- Dellazzana-Zanon, L. L., Zanon, C., Noronha, A. P. P., Oliveira, M. V., & Rosado, A. F. P. (2019). Evidências preliminares de validade da Escala de Projetos de Vida para Adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 18(4), 429-437. <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18602.11>
- *Ferreira, R. G. L. (2016). *“Cada um escolhe porque tem um motivo, uma razão, uma circunstância”*: A produção de sentidos de jovens em conflito com a lei sobre a criminalidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- *Gomes, I. D. (2014). “A gente vive de sonho”: sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.
- *Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005>
- Instituto Sou da Paz. (2018) Aí eu voltei para o corre: Estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo. Instituto Sou da Paz.
- *Jesus, R. M. (2011). *Sonhos e desejos enquanto projetos de vida das adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Bandeirante.
- Knight, K. E., Ellis, C., Roark, J., Henry, K. L., & Huizinga, D. (2017). Testing the role of aspirations, future expectations, and strain on the development of problem behaviors across young and middle adulthood. *Deviant Behavior*, 38(12), 1456-1473. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1206716>
- *Koerich, B. R. (2016). Entre trajetórias, desejos e (im) possibilidades: projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto. *Revista Contraponto*, 3(2).
- *Lopes, J. S. (2006). *A adolescência em semiliberdade: Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Lopes, A. P. A. & Silva, M. E. M. B. (2021). Reflexos da vulnerabilidade social como pressuposto para a entrada de adolescentes na criminalidade. *Contradição*, 2(2), e022. <https://10.0.132.80/revcontrad.v2n2.e022>
- Mahler, A., Simmons, C., Frick, P. J., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2017). Aspirations, expectations and delinquency: the moderating effect of impulse control. *Journal of Youth and Adolescence*, 46(7), 1503-1514. <https://doi.org/1503-1514>. 10.1007/s10964-017-0661-0
- Monteiro, E. M. L. M., Nascimento, C. A. D., Almeida Filho, A. J., Araújo, A. K. A., Carmo, D. R. B., & Gomes, I. M. B. (2011). Percepção de adolescentes infratoras submetidas à ação socioeducativa sobre assistência à saúde. *Escola Anna Nery*, 15(2), 323-30. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000200015>
- Moreira, J. D. O., Albuquerque, B. S. D., Rocha, B. F., Rocha, P. M. D., & Vasconcelos, M. A. M. (2015). Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. *Serviço Social & Sociedade*, 341-356. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.026>
- Muller, F., Barboza, P. D. S., Oliveira, C. C. D., Santos, R. R. G. D., & Paludo, S. D. S. (2009). Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 70-87.
- Munn, Z., Peters, M. D., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, 18(1), 1-7. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>
- *Nardi, F. L., & Dell’Aglia, D. D. (2013). Reflexões acerca do ato infracional e da medida socioeducativa: Estudos de caso. *Revista Interamericana de Psicologia*, 47(1), 32-41.
- Nardi, F. L., Jahn, G. M., & Dell’Aglia, D. D. (2014). Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. *Psicologia em Revista*, 20(1), 116-137.
- Neiva-Silva, L. (2003). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autográfico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- *Nunes, F. E. (2018). *Formação e (re)sociação de adolescentes em privação de liberdade: Práticas e políticas educacionais no Centro Socioeducativo de Unai – CSEUN*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás.
- *Oliveira, M. B. (2008). *O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional*.

- Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo.
- *Pereira, A. P. (2018). *Passado, presente e futuro: Projetos de vida de adolescentes em privação de liberdade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- Pessoa, A. S. G., Coimbra, R. M., Noltemeyer A., & Bottrell, D. (2017). The Applicability of hidden resilience in the lives of adolescents involved in drug trafficking. In: Dell'Aglio, D. D. & Koller, S. H. (Orgs.), *Vulnerable Children and Youth in Brazil* (pp. p. 247-260). Springer.
- *Ribeiro, D. F. (2018). *Representações sociais sobre projeto de vida de adolescentes em medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco.
- Rossato, L., & Souza, T. M. C. (2014). Psicologia e adolescentes em conflito com a lei: reflexões a partir do estágio. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 112-122.
- *Silva, D. C. D. O., Ruzzi-Pereira, A., & Pereira, P. E. (2013). Fatores protetivos à reincidência ao ato infracional: concepções de adolescentes em privação de liberdade. *Caderno de Terapia Ocupacional*, 21(03), 553-561. <https://doi.org/10.4322/cto.2013.057>
- *Silva, L. F. (2014). *Crime, ostentação e afetividade: um estudo psicossocial sobre o adolescente em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- *Silva, P. K. (2018). *Registros de um sonho: Jovens mulheres privadas de liberdade fotografando seus projetos de vida*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- *Silveira, K. S. S., Machado, J. C., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2015). Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: implicações para o processo socioeducativo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 17(2), 52-63. <https://doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n2p52-63>
- *Siqueira, A. C., Sehn, A. S., & Porta, D. D. (2015). Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa: fragilidades e possibilidades. In: *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís/MA.
- *Sousa, M. F. (2012). *Representações sociais de adolescentes: Ato infracional e projeto de vida*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Venturini, A. P. C., & Piccinini, C. A. (2014). Percepção de adolescentes não-pais sobre projetos de vida e sobre a paternidade adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 172-182. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500018>
- Vieira, G. P., & Dellazzana-Zanon, L. L. (2020). Projetos de vida na adolescência: Uma revisão sistemática da literatura. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(3), 1-12. <https://doi.org/10.36298/gerais202013e15474>
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Flacso.
- Weller, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes. *Educação e Pesquisa*, 32(2), 241-260. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200003>

Recebido: 18/01/2023

1ª reformulação: 03/08/2023

Aceito: 25/09/2023

Sobre os autores:

Vinicius Coscioni é Professor Assistente na Universidade de Utrecht. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universidade de Coimbra. Pós-Doutor pela Universidade de Brasília e Universidade de Coimbra. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4007-957X>
E-mail: v.coscioni@uu.nl

Edinete Maria Rosa é Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Universidade da Carolina do Norte em Greensboro (UNCG). Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES. Coordenadora do NECRIAD – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Intervenção com Crianças, Adolescente e Famílias. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4279-8308>
E-mail: edineter@gmail.com

Sílvia Helena Koller é Professora Colaboradora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Professora Titular Aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos CEP-Rua. Professora Associada na North-West University. Estágio senior na Harvard Graduate School of Education e na Harvard T.H. Chan School of Public Health. Pesquisadora 1A CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9109-6674>
E-mail: silviahkoller@gmail.com

Débora Dalbosco Dell’Aglio é Psicóloga, com mestrado e doutorado em psicologia do desenvolvimento, docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0149-6450>
E-mail: dddellaglio@gmail.com

